HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

EDUCAÇÃO FÍSICA NAS SÉRIES INICIAIS DO ENSINO FUNDAMENTAL NA CIDADE DE GUANAMBI/BA: ENTRE A LEGALIDADE E A LEGITIMIDADE

PHYSICAL EDUCATION IN THE INITIAL SERIES OF FUNDAMENTAL TEACHING IN THE CITY OF GUANAMBI/BA: BETWEEN LEGALITY AND LEGITIMACY

Marlon Messias Santana CRUZ[1]
Pedro Alves CASTRO[2]

Resumo: estudos evidenciam a relevância da inserção da Educação Física no Ensino Fundamental. O objetivo deste estudo é verificar a legalidade e a efetividade das aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas municipais em Guanambi (BA). Metodologicamente este é um estudo de caso, os instrumentos utilizados para levantamento dos dados foram análise de documentos, entrevistas e observação. Foi possível identificar a ausência do professor de Educação Física para atuar nesse segmento de ensino. Portanto, na realidade analisada, as aulas de Educação Física são ministradas por professores generalistas, o que compromete a legitimidade deste componente curricular.

Palavras-chave: Educação Física. Ensino Fundamental. Formação Docente.

Abstract: studies show the relevance of the insertion of Physical Education in Primary Education. The objective of this study is to verify the legality and effectiveness of Physical Education classes in the initial years of Elementary School in municipal schools in Guanambi (BA). Methodologically this is a case study, the instruments used for data collection were document analysis, interviews and observation. It was possible to identify the absence of the Physical Education teacher to work in this segment of education. Therefore, in reality analyzed, Physical Education classes are taught by generalist teachers, which compromises the legitimacy of this curricular component.

Keywords: Physical Education. Elementary School. Teacher Training.

Introdução

A Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental é relevante para a formação do aluno, dessa forma, deve ser tratada com interesse por todos. Com isso, torna-se necessário

[1] Professor Auxiliar da Universidade do Estado da Bahia (UNEB). E-mail: marlonmessias@hotmail.com
[2] Professor de Educação Física, licenciado UNEB. Mestrando em Educação da Universidade Estadual do Sudoeste Baiano. E-mail: palvesdemolay@gmail.com

e-ISSN: 2318-1540

um olhar crítico sobre a realidade, assim é fundamental a investigação e análise da importância da atuação do professor de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

De acordo com Betti e Zulliani (2002, p. 75) "É tarefa da Educação Física preparar o aluno para ser um praticante lúcido e ativo, que incorpore o esporte e os demais componentes da cultura corporal em sua vida, para deles tirar o melhor proveito possível". A Educação Física escolar deve ser diversificada procurando, desde o inicio, desenvolver da melhor forma possível, as aptidões físicas do aluno, principalmente a sua criticidade. Com isso, torna-se necessário um olhar crítico sobre a realidade, sendo fundamental a investigação e análise da importância da atuação do profissional de Educação Física nos anos iniciais da Educação Básica.

Ao analisar a legalidade e a efetividade das aulas de Educação Física nos anos iniciais da Educação Básica, foi possível observar na legislação educacional, a ausência do profissional específico da área para atuar nesse nível de ensino. Dessa forma, a LDB – Lei nº 9.394/1996 (BRASIL, 1996) deixa a cargo do poder público, a decisão de escolher qual profissional irá ministrar as aulas de Educação Física nessa fase escolar. Com o intuito de responder as inquietações da pesquisa, foi definido como objetivo principal verificar a legalidade e a efetividade das aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental nas escolas municipais da cidade de Guanambi (BA).

A realização do estudo justifica-se pela relevância que a Educação Física tem para o desenvolvimento do ser humano, sendo fundamental maior atenção para esse Componente Curricular, principalmente nos anos iniciais. O licenciado em Educação Física, assim como os demais professores de outras disciplinas, também contribui para o enriquecimento das experiências pedagógicas, além de possuir um conhecimento aprofundado acerca das vivências motoras, favorecendo o desenvolvimento dos aspectos físicos, cognitivos e emocionais. Sendo assim, metodologicamente esse trabalho caracterizou-se como um estudo de caso. Os métodos utilizados para captação dos dados foram: análise de documentos, entrevistas e observação.

O desenvolvimento deste trabalho está estruturado em tópicos. O primeiro fala da trajetória da Educação Física no Brasil. O segundo, sobre a Educação Física escolar e o terceiro da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental: o que diz a lei? O que realmente acontece? Em seguida estão os resultados e discussões dos dados da pesquisa. A mesma dividiu-se em instrumento de investigação e categorias de análise, sendo a entrevista e a

e-ISSN: 2318-1540

observação. A entrevista investigou as concepções das professoras sobre o desenvolvimento, os objetivos, os procedimentos utilizados e a importância da atuação de um profissional especializado nas aulas de Educação Física nos anos iniciais. A observação dessas aulas teve o intuito de analisar alguns pontos fundamentais das práticas dos professores regentes, como atividades propostas, metodologia, participação e envolvimento dos alunos. Também foram feitas análises de documentos oficiais que legitima a Educação Física nos anos iniciais.

Todo este estudo evidenciou o quanto a Educação Física cresceu neste campo de atuação; a maneira como é vista legalmente e como é legitimada pelos licenciados da área mudou bastante. As concepções das professoras entrevistadas e as observações realizadas auxiliaram na identificação da importância e da necessidade da intervenção de um licenciado em Educação Física nos anos iniciais de ensino. Porém, ainda é necessário suplantar outros paradigmas, como a atuação das Professoras generalistas com formação em pedagogia ou magistério, sem a formação profissional específica para ministrar as aulas de Educação Física.

Nas Considerações Finais do estudo, foi possível tecer algumas relações que contribuíram para verificar a legalidade e a efetividade do profissional de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Procedimentos Metodológicos

Esta pesquisa caracterizou-se como um estudo de caso, pois de acordo com Yin apud Gil (2006, p. 32) "é um estudo empírico que investiga um fenômeno atual dentro do seu contexto de realidade, quando as fronteiras entre o fenômeno e o contexto não são claramente definidas e no qual são utilizadas várias fontes de evidência".

Os instrumentos utilizados para captação dos dados foram por meio de análise de documentos, entrevistas e observação. A análise de documentos vem com o propósito de averiguar no campo legislativo quais as definições acerca da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Segundo Gil (2006) as fontes de papel muitas vezes são capazes de proporcionar ao pesquisador dados suficientemente ricos para evitar a perda de tempo com levantamentos de campo, sem contar que em muitos casos só se torna possível à investigação social a partir de documentos.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

A entrevista segundo Gil (2006, p. 273) "é bastante adequada para a obtenção de informações acerca do que as pessoas sabem, creem, esperam, sentem ou desejam, pretendem fazer, fazem ou fizeram, bem como acerca de suas explicações ou razões a respeito das coisas precedentes". Foram entrevistadas 4 (quatro) professoras de 4 (quatro) escolas distintas, que estão situadas na sede do município de Guanambi-Ba, e 1 (um) participante que contemplou a gestão municipal.

A observação auxiliou na busca por saber qual é a Educação Física oferecida aos estudantes das series iniciais do Ensino Fundamental, em qual espaço e em quais momentos. Segundo Gil (2006) a observação se apresenta como principal vantagem, em relação a outras técnicas, porque os fatos são percebidos diretamente, sem qualquer intermediação. Desse modo, a subjetividade, que permeia todo o processo de investigação social, tende a ser reduzida.

Foram observadas as aulas das 4 professoras, durante 10 horas. As escolas para a observação e entrevista de suas respectivas professoras, foram escolhidas pelos seguintes critérios: localização na sede do município de Guanambi/BA; abrangência entre centro e periferia, sendo contempladas duas escolas centralizadas e duas periféricas; e a acessibilidade às informações por conta da aproximação dos pesquisadores.

Após a coleta dos dados oriundos desta investigação, houve uma sistematização em categorias. Nesta organização inicial, as informações obtidas foram agrupadas, interpretadas e analisadas considerando as suas características e peculiaridades que se relacionam entre si, contemplando o problema do estudo, o objeto e os aportes teóricos que os subsidiam.

Resultados e Discussão

No que se refere à análise dos dados obtidos, apresentam-se a seguir, duas categorias, a primeira, referente à legitimação da Educação Física, e a segunda, voltada à formação docente para a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A Educação Física na legislação e nos documentos oficiais

Na primeira versão do § 3º do art. 26 da LDB, que trata especificamente da Educação Física, (BRASIL, 1996, p. 09), ela foi assim definida: "A Educação Física, integrada à proposta

pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos". Nota-se, então que, apesar de a Educação Física passar a ser entendida como um componente curricular da Educação Básica houve uma contradição, por apresentar-se facultativa para os cursos noturnos, ocorrendo, assim, uma descriminação com o público que frequenta a escola neste período.

Analisando o porquê da Educação Física ser facultativa para o turno noturno, suponha-se que o público frequentador desse período, já ocupa seu tempo com outras atividades durante boa parte do dia, não sendo necessário atribuir-lhes horas a mais de atividade física no decorrer da noite.

Outro fator relevante nessa primeira versão do dispositivo legal é que no § 2° do art. 26, que trata de Artes, o legislador foi explicito quanto à obrigatoriedade dessa disciplina na escola. Segundo esse parágrafo, "O ensino da arte constituirá componente curricular obrigatório, nos diversos níveis da educação básica, de forma a promover o desenvolvimento cultural dos alunos" (BRASIL, 1996, p. 09). Por aí, pode-se notar uma possível diferença de intenção do legislador em relação aos dois componentes curriculares. No ano de 2001, no entanto, a Educação Física também recebeu o aditivo da palavra 'obrigatório'.

Considerar a Educação Física como "Componente Curricular da Educação Básica" já não seria o bastante para sua efetivação nas escolas? Nota-se, então, que há uma interpretação errônea sobre este componente, pois, mesmo sendo um 'Componente Curricular da Educação Básica', há a necessidade de sua reafirmação com a palavra 'obrigatório'.

Em 2003, a redação do § 3° do art. 26 sofreu uma nova alteração, em relação à facultatividade da Educação Física no período noturno: "A Educação Física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular obrigatório da educação básica, *sendo a sua prática facultativa aos alunos: I- que cumpra jornada de trabalho igual ou superior a seis horas; II- maior de trinta anos de idade; III- que estiver prestando serviço militar inicial ou que, em situação similar, estiver obrigado à prática da educação física; IV- amparado pelo Decreto-Lei nº 1044, de 21 de outubro de 1969; V- vetado; e VI- que tenha prole"* (BRASIL, amparado pela Lei nº 10.793, 2003, grifo nosso).

Observa-se neste novo texto que, há a apresentação de características dos alunos que podem facultar a prática da Educação Física. Mas, nota-se que os aspectos citados são

e-ISSN: 2318-1540

característicos dos alunos que estudam no turno noturno, ocorreu apenas uma mudança textual, pois o público caracterizado é o mesmo.

Atrelado a essa contradição, é notório que a visão sobre Educação Física está centrada na perspectiva da aptidão física, a ser desenvolvida, sobretudo, por meio de práticas esportivas. Sendo assim, para o aluno do noturno, essas práticas seriam inapropriadas, principalmente pela jornada de trabalho que teve durante o seu dia. Para Castelanni Filho et al. (2009) o esporte, como prática social, deve ser analisado por suas múltiplas dimensões, abordado dentro da escola pedagogicamente como o esporte "da" escola e não "na" escola.

A LDB, ainda em seu art. 26, estabelece que, "Os currículos do Ensino Fundamental e Médio, devem ter uma base nacional comum, a ser complementada em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela".

No decorrer da entrevista com um dos participantes que contemplou a gestão municipal, notou-se uma incoerência durante os discursos. Na sua fala inicial este se dirigiu à Educação Física da seguinte forma, "Nós temos ai a Educação Física obrigatória como qualquer outra disciplina".

Nesta primeira fala é evidente que o entrevistado sabe que a Educação Física faz parte da base nacional comum de formação intelectual do sujeito. Entretanto, em um segundo momento foi afirmado que, "Quando entra aquela parte da diversificada, que é a da Educação Física", observa-se então uma incoerência no discurso, pois nesta segunda fala o participante retrata a Educação Física como componente da parte diversificada. Mas ao analisar estas falas, procurou-se saber qual a real situação da Educação Física nessas instituições de ensino, e realmente constatou-se que ela encontra-se inserida na parte diversificada nas escolas municipais de Guanambi-Ba. Ao procurar saber e entender quais os motivos para a organização da Educação Física no currículo da rede municipal de ensino de Guanambi-Ba, nos foi informado que a mesma, juntamente com o componente curricular Artes, integrava a parte diversificada do currículo deste município.

Para os anos iniciais do Ensino Fundamental, os PCNs, apresentam muitos objetivos, sendo esses: Conhecer, valorizar e participar de manifestações da cultura corporal, adotar atitude cooperativa, sem discriminar; conhecer as possibilidades corporais, avaliando o seu desempenho, comparando-o ao dos colegas; organizar-se em jogos e brincadeiras,

e-ISSN: 2318-1540

demonstrando jogos extraescolares, discutindo suas regras em grupo, entre outras possibilidades.

Segundo este documento oficial a Educação Física deve ser abordada "como expressão de produções culturais, como conhecimentos historicamente acumulados e socialmente transmitidos. Portanto, esta proposta entende a Educação Física como uma cultura corporal". De acordo com Castellani Filho et al. (2009) a Educação Física é um componente pedagógico que trata da cultura corporal, e visa desenvolvê-la como linguagem de expressão.

O PCN define em seu conteúdo um dos objetivos da Educação Física no Ensino Fundamental, que deve garantir o acesso dos alunos às práticas da cultura corporal de maneira critica, sendo assim, segundo Neira e Nunes (2008) o professor deve em um primeiro momento confrontar o aluno com a realidade do ensino, desta maneira nota-se uma ação que leva o aluno aos questionamentos, e um despertar para a criticidade.

Outro aspecto importante é a formação do professor para este nível de ensino. Após a análise do PCN referente à Educação Física, notou-se apenas uma referencia ao professor "generalista", mas evidenciando a possibilidade para o professor com formação especifica na área de Educação Física. Diante do exposto nesta categoria de análise, notam-se contradições na legislação e em documentos oficiais, não deixando evidentes questões importantes para a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. A seguir, desenvolve-se uma categoria voltada à formação docente para este nível de ensino e suas especificidades no campo educacional.

A formação docente para a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental

A formação docente não é caracterizada apenas como um momento de aperfeiçoamento das competências profissionais, mas também de um momento em que o indivíduo que se propõem a assumir essa profissão, deve preparar-se para o convívio social e o enfrentamento das problemáticas intra e extraescolares. Segundo Tardif (2002) o professor é um profissional que ultrapassa a função de articulador do processo ensino-aprendizagem, estando preparado para situações cotidianas da escola e de um aporte metodológico que dê conta das demandas encontradas no seu espaço de intervenção.

e-ISSN: 2318-1540

Nas escolas visitadas, as professoras entrevistadas falaram sobre a sua formação e o tempo de atuação na educação básica e na Educação Física. Todas possuem formação em Magistério e/ou Pedagogia. Quanto à orientação de como trabalhar com a Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, duas professoras afirmaram que tiveram orientação para trabalhar com este nível de ensino. Esta orientação foi realizada por meio de cursos de aprimoramento e de formação permanente.

De acordo com Molina (2008) os programas de formação permanente críticos, consideram os professores como sujeitos possuidores de um conhecimento construído ao longo dos anos de experiência docente, que devem ser ampliados, partindo da auto-reflexão da própria prática docente, sendo assim, estes cursos oferecidos pela Secretaria de Educação do Município devem primeiramente saber quais as experiências dessas professoras em sala de aula, a partir disso, proporcionar oportunidades que possibilitam uma melhoria de sua prática docente.

Com a participação nesses cursos de aprimoramento e de formação permanente, estas professoras relataram que conseguem ter uma visão diferenciada da Educação Física e dos elementos da cultura corporal, esta diferença foi notoriamente percebida durante as observações das aulas.

Sabe-se que existem também os cursos de licenciatura na área específica da Educação Física e em outras áreas do conhecimento, que estão sendo oferecidos pelo Programa Nacional de Formação de Professores – PARFOR, da Plataforma Freire. Esses cursos são destinados aos professores da rede pública da educação básica, que estejam em exercício de suas funções, sem ter a formação adequada (LDB). Os professores em sua maioria se inscrevem nos cursos correspondentes às disciplinas que ministram na rede pública.

Porém, não houve nenhuma manifestação de conhecimento ou interesse por parte das professoras entrevistadas, sobre esse programa do governo federal. Mesmo, tendo sido oferecido, no município de Guanambi, o curso de licenciatura em Educação Física, num convênio firmado entre a Prefeitura da cidade e a Universidade do Estado da Bahia (UNEB) Campus XII no período de 2010 a 2014.

Durante o desenvolvimento das aulas estas professoras demonstraram saber o que é a cultura corporal e realizaram a tematização de conteúdos com uma sequencia estabelecida para as aulas. Segundo Gallardo (2009, p. 24) “Todas as atividades da cultura corporal estão organizadas por códigos que orientam e estruturam a forma de aplicação. Portanto, todas essas

e-ISSN: 2318-1540

atividades não são neutras, pois se orientam e identificam dentro de uma particular forma de poder".

Enquanto as outras duas professoras alegaram que não tiveram nenhuma orientação, ou se tiveram, foi muito pouca para a atuação com a Educação Física dentro da escola, buscando assim auxílio principalmente em livros e na Internet, não possuindo conhecimento para reconhecer os objetivos destas atividades selecionadas aleatoriamente.

Segundo Castellani Filho et al (2009) os conteúdos ao serem selecionados devem ser considerados principalmente por sua relevância social.

Ao estabelecer contato com as escolas e posteriormente com estas duas professoras citada anteriormente foi percebido que não havia nenhum preparo para as aulas de Educação Física, e que as próprias professoras caracterizavam o momento da aula deste componente como recreação. Durante a observação da atividade, as professoras se dirigiam aos alunos considerando o momento da Educação Física como a recreação. E foi da mesma forma, que ocorreu antes de entrar na sala de aula, os alunos perguntavam as professoras se teria a recreação.

Nesse processo de observações das aulas, essa afirmação se tornou mais evidente, não só com o que foi observado, como também a partir de diálogos informais com as professoras, em que as mesmas diziam que as aulas de Educação Física eram um momento de recreação dos alunos. Era mais um "recreio estendido", (relatou a professora X), no qual eles brincavam mais do que queriam.

Portanto, percebeu-se que não havia um planejamento do que seria trabalhado. Elas apenas entregavam aos alunos brinquedos como: bambolês, cordas, bolas, jogos de quebra cabeça, e os alunos por si só, escolhiam com quem brincar e de que brincar.

É saudável e divertido para as crianças no horário da Educação Física deixá-los um pouco livres, brincando no pátio, cada um a sua maneira, uns com bolas, outros com cordas, uns com os outros correndo, saltando. As crianças devem ter seus momentos livres, pois criar suas próprias brincadeiras faz parte do processo de desenvolvimento e aprendizagem.

Para Ayoub (2001), os professores devem favorecer a brincadeira e não realizar um abandono pedagógico, não é coerente abrir mão da mediação do adulto no processo educativo da criança. Ao contrário, é no contexto da brincadeira que o professor aprender a realizar o seu papel.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

De acordo com Gallardo (2009) o professor deve valorizar o momento e o tempo dos que participam do sistema escolar, cabendo-lhe contribuir para a ampliação do acervo cultural dos alunos e criando condições para a autonomia destes em relação ao conhecimento apropriado nas aulas.

Quanto à relevância do professor licenciado em Educação Física atuando nos anos iniciais do Ensino Fundamental, todas as professoras acham importante ou muito importante, pois, segundo elas, são os professores mais preparados para esta função.

Quando foi perguntado sobre a necessidade da atuação de um professor licenciado em Educação Física neste nível de ensino, uma das professoras entrevistadas afirmou o seguinte: "Com certeza professores da área especifica, pois eles possuem um melhor preparo. Eu apenas procuro ler e me informar sobre o assunto para dar uma aula melhor". Gallardo (2009) diz que é função da licenciatura em Educação Física preparar academicamente o professor para exercer e ser capaz de trabalhar com as mais variadas atividades da cultura corporal.

Quando questionada sobre seu conhecimento a respeito de como está prevista a Educação Física no currículo do Município, a gestora direcionou a sua fala para a situação da formação dos professores efetivos e a Educação Física, dizendo: "[...] a gente sabe que hoje tem uma carência muito grande quanto à formação, mas por conta disso, mesmo não tendo o professor de Educação Física da área especifica, nós temos aquele professor que já vem de uma longa caminhada e que trabalha hoje com a Educação Física na escola".

O Conselho Nacional de Educação (CNE) aprovou a Resolução CEB nº 07, em dezembro de 2010, fixando diretrizes para o Ensino Fundamental de nove anos. Entre outras questões relevantes, o documento estipula que "do 1º ao 5º ano de Ensino Fundamental, os componentes curriculares Educação Física e Artes poderão estar a cargo do professor de referência da turma, aquele com o qual os alunos permanecem a maior parte do período escolar, ou de professores licenciados nos respectivos componentes" (art. 31). Ou seja, de acordo com o CNE em sua resolução citada acima, tanto um pedagogo quanto um professor formado no magistério de nível médio estão autorizados a dar aulas de Artes e Educação Física para os seus alunos.

A obrigatoriedade do ensino da Educação Física determinada pela antiga LDB contemplava todos os graus do então sistema de ensino e era normatizada pelo Decreto nº 69.450, de 1 de novembro de 1971.

HORIZONTES - REVISTA DE EDUCAÇÃO
e-ISSN: 2318-1540

A nova LDB extingue esse decreto e delega a responsabilidade pela normatização do ensino da Educação Física aos Conselhos Nacional e Estadual de Educação, aos sistemas de ensino, bem como às próprias escolas. De acordo com a atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação brasileira (LDB 9394/96), a Educação Física deve estar presente em todo o Ensino Básico, sendo componente curricular obrigatório da Educação Infantil ao Ensino Médio (LDB, art. 26, § 3º). O art. 26 da nova LDB estabelece que:

> § 3º A educação física, integrada à proposta pedagógica da escola, é componente curricular da Educação Básica, ajustando-se às faixas etárias e às condições da população escolar, sendo facultativa nos cursos noturnos.

A respeito da formação profissional exigida para lecionar na educação básica, a LDB admite nível superior para profissionais de Educação Física, como formação mínima. Para o exercício do magistério na Educação Infantil e no 1º ciclo do Ensino Fundamental a modalidade Normal, oferecida em nível médio (art. 62).

O art. 62 da nova LDB (redação dada pela Lei nº 12.796, de 2013) estabelece que:

> A formação de docentes para atuar na educação básica far-se-á em nível superior, em curso de licenciatura, de graduação plena, em universidades e institutos superiores de educação, admitida, como formação mínima para o exercício do magistério na educação infantil e nos 5 (cinco) primeiros anos do ensino fundamental, a oferecida em nível médio na modalidade normal (BRASIL, 1996).

Já no artigo que se refere à Educação Física, não há nenhuma determinação específica a respeito da formação do professor responsável por esse componente. Portanto, o texto legal possibilita a atuação de dois profissionais nessa função: o Professor generalista/regente da turma, com formação em curso Normal e/ou com nível superior em Pedagogia, e o professor especialista, licenciado em Educação Física. Diante do exposto, quem deve ministrar as aulas de Educação Física nesse nível de ensino?

Sabe-se que os anos iniciais do Ensino Fundamental têm como uma das características a presença do (a) professor (a) generalista. Este (a) professor (a) em sua grande maioria são mulheres, formadas em Magistério ou Pedagogia e que goste de criança. Por outro lado, há uma tendência que ao passar dos anos escolares surge a presença de um professor para cada componente curricular. Não seria essa uma possibilidade também para os anos iniciais do Ensino Fundamental, de uma nova configuração? Possibilitando parcerias entre os professores.

e-ISSN: 2318-1540

De acordo com Ayoub (2001) apesar dos riscos desta fragmentação, desde os anos iniciais da criança na escola, acredita-se que é possível imaginar diferentes profissionais de várias áreas de formação trabalhar em parceria na educação e no cuidado com as crianças, mas que estes professores estejam atentos aos vínculos afetivos criados na relação entre aluno e professor, que é muito importante nesta fase para as crianças.

Estas parcerias podem constituir uma rica possibilidade para o desenvolvimento do aprendizado e das relações sociais das crianças. Para Kishimoto (1999, p. 73):

> As múltiplas relações que podem ser estabelecidas em ambientes educativos nos quais convivem crianças de faixas etárias diversas, juntamente com profissionais de várias áreas, além de pais e membros da comunidade, constituem portas de entrada para a construção do conhecimento que se processa quando se respeita a diversidade cultural, a multiplicidade de manifestações da inteligência e a riqueza dos contatos com personagens e situações.

Diante do exposto nas normatizações da educação, e pelos aspectos observados durante as visitas às escolas, nas aulas deste componente, acredita-se que para uma melhor apropriação dos conteúdos da cultura corporal pelos alunos e por uma possibilidade maior de ampliação, discussão, recriação desta cultura no espaço escolar, seja necessário à regência de um professor especialista na área.

Durante a entrevista com as professoras, houve uma fala de igual valor para todas, de que é sim, necessário um professor especialista, para a Educação Física. Uma das professoras evidencia isto em sua fala, dizendo que: “Com certeza os profissionais da área são importantes, porém no nosso município de Guanambi, não tem os profissionais suficientes na área, aqui mesmo em nossa escola só temos um [...]”. Nesta fala nota-se que além de concordar que é necessário um professor especialista para a Educação Física, a professora estabelece uma relação com a falta de professores na própria escola, e na cidade.

Contudo, neste município encontra-se uma Universidade que oferece a Licenciatura em Educação Física, sendo assim, torna-se necessário esta discussão na administração pública municipal e na Secretaria Municipal de Educação, a fim de reconhecer a importância do especialista da área neste nível de ensino, com a possibilidade de sua efetivação através de concurso público que contemple este componente curricular.

e-ISSN: 2318-1540

Foi evidenciado também na entrevista do representante da gestão municipal, a necessidade do profissional de Educação Física nas escolas, "Ela é uma disciplina, que tem as mesmas exigências, faz parte do currículo como qualquer outra disciplina, então assim, eu não vejo nem só a Educação Física como qualquer outra área, as pessoas para atuarem, precisam ter a formação, por que se não ele se torna leigo, mas é eu acho isso bom, a gente precisa caminhar em busca da formação do profissional".

Nas observações das aulas, as professoras sempre evidenciavam em suas falas a importância de ter um professor especialista para a Educação Física. Durante o período de contato inicial com as escolas, com o intuito de esclarecer sobre os objetivos da pesquisa e de saber se realmente iriam participar, as diretoras e as próprias professoras solicitavam sugestões e modelos de atividades para serem desenvolvidas neste componente. Essa preocupação parece ter, ao mesmo tempo, auxiliado na qualificação durante as aulas.

Na entrevista também foi questionado sobre o Projeto Político Pedagógico (PPP) e como a Educação Física é definida no mesmo. Apenas uma professora se posicionou sobre o PPP, falou que precisa urgentemente de atualização, pois apresenta uma visão diferente da que ela considera importante (aquela que considera o meio social do aluno), caracterizando-se como uma disciplina de adestramento e domesticação humana. As outras professoras falaram que não tem conhecimento sobre o PPP.

Segundo Castellani Filho et al. (2009), o PPP é um representante de intenções, de estratégias, que se apresenta como político por tentar direcionar as ações, e pedagógico por buscar uma reflexão das ações dos indivíduos envolvidos na realidade. Sendo assim, torna-se necessário o professor conhecer o PPP da sua escola, para direcionar as suas ações pedagógicas e contribuir na construção de uma determinada sociedade.

O direcionamento do olhar para as aulas apontou que existe uma carência de conhecimentos específicos das professoras para realizarem um trabalho contextualizado da Educação Física. Durante esse processo de observação, foi constatado a predominância das atividades livres e dos jogos, ou seja, não foram aulas de Educação Física com objetivos definidos e planejados. Isso se torna mais evidenciado em uma conversa informal, quando a professora diz: "Olha, a aula de Educação Física aqui é assim mesmo, tudo improvisado".

De acordo com Neira e Nunes (2008) a prática pedagógica do professor deve dialogar com as peculiaridades da vida da comunidade, e que durante este compartilhamento de

experiências seja garantido espaço para a interpretação e experimentação das manifestações da cultura corporal deste espaço, e que este momento seja também aproveitado para a ressignificação, aprofundamento e ampliação deste conhecimento.

Outro aspecto observado é que em três das escolas que foram escolhidas, todas possuem espaço e material adequado para auxiliar os professores na sua prática docente. Apenas uma única escola, não possuía espaço apropriado, apresentando uma carência no material disponibilizado.

Segundo Gallardo (2009 p. 23) "Ao focalizar a escola, vemos que existem limites de espaço, tempo, materiais e de verificar em que amplitude e profundidade os conhecimentos devem ser oferecidos".

Inicialmente, as professoras precisam realizar um planejamento com metodologia e objetivos definidos a serem alcançados nas aulas de Educação Física, direcionados para as crianças da faixa etária dos anos iniciais do ensino fundamental. Os PCNs nos informam que (BRASIL, 1997, p. 43): "A função do professor é ter objetivos em suas aulas, dando oportunidade para que os alunos tenham uma variedade de atividades".

Não se pode perder de vista que a Educação Física deve considerar o contexto, ou seja, a realidade em que o aluno está inserido para que as atividades propostas possam ser significativas aos mesmos. Kunz (1994) ressalta que a Educação Física Escolar deve ser vista como disciplina curricular como as demais e não só como lazer, mas também com o foco principal que é a formação crítica do sujeito.

As aulas de Educação Física não podem ser expostas apenas como um tempo para os alunos brincarem. É preciso um planejamento com conteúdos diferenciados que atendam as necessidades dos alunos, de forma dinâmica e de fácil entendimento para que os mesmos possam vivenciar momentos e adquirir experiências despertando o gosto pela atividade física.

> A Educação Física, para ser reconhecida como um componente curricular, tão importante quanto os outros, deve-se apresentar objetivos claros e um corpo de conhecimento específico e organizado que, cuja aprendizagem possa colaborar para que os objetivos da educação escolar sejam alcançados (FREIRE; OLIVEIRA 2004, p. 11).

Nos anos iniciais do Ensino Fundamental, a Educação Física deve contemplar um trabalho diversificado. De acordo com Gallardo (2009, p. 9):

e-ISSN: 2318-1540

> [...] as tendências atuais no campo da Educação Física têm apontado seu caráter de humanização ao levar em conta, por exemplo, os conhecimentos prévios trazidos pela criança quando ela chega à escola, as características educacionais relativas à aprendizagem motora, os aspectos sociopolíticos envolvidos no processo. Isso significa considerar o ser humano uma totalidade multidimensionada (social, afetiva, cognitiva, cultural e motora).

Apesar da disponibilidade demonstrada pelas professoras, levando em consideração as respostas das mesmas durante a entrevista e principalmente as práticas observadas, pôde-se notar que elas ainda carecem de formação específica que as habilite ministrar aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Considerações Finais

O presente estudo se configurou em um estudo de caso que objetivou investigar A legalidade e a efetividade das aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental das escolas municipais da cidade de Guanambi-Ba, a partir, das análises de documentos oficiais, de entrevistas realizadas com um responsável pela gestão municipal de educação e com quatro professoras regentes de quatro escolas municipais dos anos iniciais e da observação das aulas dessas professoras.

Em consonância com a realização do estudo de caso, das constatações feitas a partir das análises dos documentos, e das entrevistas realizadas foi possível tecer algumas considerações que contribuiriam para verificar a legalidade e a efetividade da Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

A LDB deixa a cargo das escolas a decisão de escolher qual profissional irá ministrar as aulas de educação física nos anos iniciais do Ensino Fundamental. Apesar da lei não sinalizar quem deve ministrar a Educação Física nas séries iniciais, a formação profissional exigida para lecionar na educação básica, a LDB admite nível superior para profissionais de Educação Física, como formação mínima. Para o exercício do magistério na Educação Infantil e no 1º ciclo do Ensino Fundamental a modalidade Normal, oferecida em nível médio (art. 62).

Nas escolas municipais, dos anos iniciais do Ensino Fundamental, do município de Guanambi quem acompanha o cotidiano das aulas de Educação Física são professores generalistas, ou seja, aqueles que administram outras disciplinas e que estão com os alunos

e-ISSN: 2318-1540

durante a maior parte da rotina escolar. De acordo com Ayoub (2001) apesar dos riscos desta fragmentação desde os anos iniciais da criança na escola, acredita-se que é possível imaginar diferentes profissionais de várias áreas de formação trabalhar em parceria na educação e no cuidado com as crianças, mas que estes professores estejam atentos aos vínculos afetivos criados na relação entre aluno e professor, que é muito importante nesta fase para as crianças.

Estas parcerias podem constituir uma rica possibilidade para o desenvolvimento do aprendizado e das relações sociais das crianças. Para a construção do conhecimento é importante que a escola desenvolva uma relação entre crianças de faixa etária distintas, profissionais de várias áreas, entre os pais e a comunidade. Respeitando assim a diversidade cultural, a multiplicidade de manifestações e situações sociais de cada um.

No contexto em estudo constatou-se a atuação das Professoras generalistas, sendo Pedagogas, sem a formação profissional adequada para ministrar as aulas de Educação Física nos anos iniciais do Ensino Fundamental, cumpre-se assinalar que duas professoras demonstraram na prática não saber ministrar aulas de Educação Física nesse nível de ensino, afirmando ser efetivamente favoráveis, a presença de um profissional habilitado por meio de parcerias, já que o ensino nas series iniciais deve ser globalizado.

Os PCNs salientam sobre a importância, da Educação Física, ser uma aula apropriada com planejamento e organização para oferecer às crianças oportunidades de aquisição dos benefícios físicos, emocionais, cognitivos e sociais. Portanto, a Escola enquanto meio educacional, deve oferecer a oportunidade ao aluno de uma boa prática motora, também deve realizar uma reflexão crítica sobre todas as suas práticas, realizando uma "(re) construção" permanente, para assim quem sabe caminhar rumo a tão sonhada Escola de qualidade.

Neste processo de aprendizagem, muito importante para a formação acadêmica e profissional, notaram-se alguns pontos passíveis de reflexões no intuito de melhorar, o campo de atuação e a própria etapa da formação acadêmica. Acredita-se que estas professoras poucas vezes haviam dedicado algum tempo para pensar e refletir sobre a Educação Física, porém a participação no presente estudo fez com que se manifestasse certo interesse pelo assunto. Talvez os poucos minutos destinados a estas reflexões durante a pesquisa tenham resultados em pequenas rupturas na perspectiva que essas professoras têm sobre a Educação Física escolar.

Referências

AYOUB, E. Reflexões sobre a Educação Física na educação infantil. *Revista Paulista de Educação Física*, supl.4, p.53-60, 2001. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/rpef/article/viewFile/139594/134898>.

BETTI, M.; ZULIANI, L. R. Educação física escolar: uma proposta de diretrizes pedagógicas. *Revista Mackenzie da educação física e esporte*, v. 01, n. 01, p. 73-81, 2002. Disponível em: <http://www.ceap.br/material/MAT25102010170018.pdf>.

BRASIL. *Lei n º 9.394, de 20 de dezembro de 1996*. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Presidência da República, Casa Civil, Subchefia para Assuntos Jurídicos. Brasília, DF, 1996.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. Educação Física. Brasília: Imprensa Oficial, v. 7, 1997.

CASTELLANI FILHO, L. et al. *Metodologia do Ensino de Educação Física*. 2 ed rev. São Paulo: Cortez, 2009.

FREIRE, E. dos S.; OLIVEIRA, J. G. M. de. Educação Física no Ensino Fundamental: identificando o conhecimento de natureza conceitual, procedimental e atitudinal. *Motriz*, Rio Claro, v. 10, n. 3, 2004. Disponível em: <http://www.rc.unesp.br/ib/efisica/motriz/10n3/07FES.pdf>.

GALLARDO, J. S. P. *Prática de ensino em Educação Física*: a criança em movimento. São Paulo: FTD, 2009

GIL, A. C. *Métodos e técnicas de pesquisa social*. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2006.

KISHIMOTO, T. M. Política de formação profissional para a educação infantil: pedagogia e normal superior. Educação & Sociedade: formação de profissionais da educação: políticas e tendências. *Educação & Sociedade*, v. 20, n. 68, p.61-79, 1999.

KUNZ, E. *Transformações didático pedagógica do esporte*. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.

MOLINA, R. M. K. Projeto Político- Pedagógico. *In*: GONZÁLEZ, F. J.; FENSTERSEIFER, P. E. (Org.). *Dicionário crítico de Educação Física*. 2 ed. Ijuí: Unijuí, 2008.

NEIRA, M. G; NUNES, M. L. F. *Pedagogia da cultura corporal*: crítica e alternativas. 2 ed. São Paulo: Phorte, 2008.

TARDIF, M. *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis: Vozes, 2002.

Enviado:26/02/2018
Aceito: 17/09/2018